

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.414 - SP (2019/0091690-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : L/SP 119 SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
ADVOGADOS : ÁLVARO LUIZ BOHLSSEN - SP115143
DANIEL BARAUNA - SP147010
AGRAVANTE : LSP FRANCHISING E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS : MARCELO HARTMANN - SP157698
LUIZ FERNANDO VIAN ESPEIORIN - SP293286
AGRAVADO : ADVOCACIA SALZANO
ADVOGADOS : FERNANDA MAIA SALZANO - SP114890
CLAUDIO YOSHINOBU FUJIMOTO E OUTRO(S) - SP276525

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 373 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIACÃO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL DE LSP 119 SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LSP 119 SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 585):

Ação de reparação de danos prestação de serviços de limpeza geral legitimidade da franqueadora furto de cheques nas dependências da autora provas apresentadas pela demandante que não foram desconstituídas pelas rés alteração do cálculo de atualização dos valores que não significa sucumbência parcial juros de mora devidos da citação responsabilidade contratual art. 405 do Código Civil apelação da ré LSP Franchising e Serviços Ltda. não provida, com observação (art. 85 § 11 do CPC) apelação da ré LSP 119 Serviços de Limpeza Ltda. provida em parte.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 622-626).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 638-645), a recorrente apontou violação ao art. 373, I, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que é da recorrida o ônus de comprovar que os dois cheques objeto do pedido indenizatório são exatamente aqueles documentos que a colaboradora supostamente teria furtado. Alegou que não tinha nenhuma ingerência para supervisionar de perto o trabalho que a colaboradora cedida à recorrida desempenhava, já que estava fora de sua esfera de controle efetivo. Afirmou que, como não é partícipe ou coautora do crime, não teria como comprovar o objeto que teria sido subtraído das dependências da recorrida.

Ponderou que o depoimento espontâneo e informal de sua colaboradora não foi tomado em juízo.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 662-670).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 673-674).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante destacar que o julgador é o destinatário da prova, sendo dele a apreciação do acervo colacionado aos autos. A jurisprudência desta Corte inclusive entende que, "no sistema da persuasão racional, adotado pela legislação processual civil (artigos 130 e 131, CPC/1973 e 371, CPC/2015), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu convencimento" (AgInt no AgRg no AREsp 717.723/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018).

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 588-589):

Sem que haja dúvida quanto à conduta da funcionária da ré conforme descrição feita na sentença, diante das filmagens registradas no ambiente da autora, competia às apelantes trazer aos autos provas de que os documentos subtraídos por ela não eram os cheques em questão, nos termos do art. 373, II, do CPC e art. 6º, VIII, do CDC.

De outra parte, embora a sentença tenha afastado como prova, este juiz entende que a declaração da funcionária da ré, narrando fatos que corroboram o que se vê nas filmagens de ambiente, serve de base para sustentação da procedência da ação, sem que caracterize julgamento extra petita, tendo em vista que não houve alteração do julgado.

Não se está aqui valorando conduta ilegal que deve ser apreciada na esfera criminal, o que, todavia, não pode ser desconsiderada como contribuição probatória na esfera da responsabilidade civil.

Afastada a forma de atualização do valor pretendido pela autora na inicial, tal fato não se traduz em sucumbência recíproca.

Inclusive o valor da causa já foi corrigido pela decisão de fls. 384, para prevalecer apenas o valor dos dois cheques.

Em caso de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a

partir da citação, nos termos do artigo 405 do Código Civil.

Do exposto, nega-se provimento à apelação da ré LSP Franchising e Serviços Ltda., e dá-se provimento em parte à apelação da ré LSP 119 Serviços de Limpeza Ltda. para fixar os juros moratórios a partir da citação, mantida, no mais, a sentença por seus fundamentos.

Dessarte, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos.

Do exposto, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas, entendeu que haveria provas suficientes nos autos do fato alegado pelo autor, tendo ele se desincumbido, portanto, do ônus que lhe cabia.

Para derruir a convicção formada, seria necessário o reexame de fatos e provas, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. As questões postas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, portanto, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15. 1.1. Não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta.

Precedentes.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, não é possível aferir a violação ao artigo 333 do CPC/73 (equivalente ao art. 373 do CPC/15) sem incursão no arcabouço fático-probatório dos autos.

2.1. No caso, o Tribunal de origem, com base nos elementos de convicção dos autos e nas cláusulas do contrato entabulado entre as partes, concluiu ser da agravante a responsabilidade pela rescisão unilateral do contrato face a ausência de notificação prévia do rompimento do vínculo contratual. Alterar tais premissas demandaria a interpretação das cláusulas contratuais do contrato de compra e venda de mercadorias e a rediscussão da matéria fático-probatória, providências incabíveis em sede de recurso especial ante os óbices das Súmulas 5 e 7 desta Corte. Precedentes.

3. A incidência do óbice da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.379.297/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 26/4/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial de LSP 119 SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 1% (um por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

